

I Feira Literária Brasil-África (FLIBAV) - Feira Literária Brasil-África Vitória, Espírito Santo

13 e 14 de novembro de 2013

Universidade Federal do Espírito Santo

Vertentes da literatura contra hegemônica moçambicana na obra de Mia Couto: diálogos entre narrativas de ficção e artigos de opinião

Flavio García (UERJ, Brasil)

Iniciaremos por definir de que estaremos falando. Trata-se de África, um vasto continente, com mais de trinta milhões de quilômetros quadrados, cuja menor parte está situada no Hemisfério Norte, e a maior, no Sul. Suas costas são banhadas por diferentes oceanos e mares. As que ficam a oeste voltam-se para o Oceano Atlântico; as a leste, para o Índico. As terras localizadas no Nordeste encontram-se com o Mar Vermelho e têm, como imagem espelhada na margem oposta, o Continente Asiático; as no Norte defrontam-se com o Mar Mediterrâneo, e veem, acima de si, a vastidão da Europa, com suas diversidades de leste a oeste. No mais extremo Noroeste, há um ponto que quase se toca com a Península Ibérica, onde se encaram, face a face, do lado africano, Ceuta, e, do lado espanhol, Gibraltar, trazendo à memória os percursos náuticos dos portugueses, no período áureo das grandes navegações, quando suas naus singravam o Estreito, em época que se desenhava, no projeto ultramarino dos descendentes de Luso, uma África que se viria adjetivar de Lusófona.

A despeito das divergências, ainda presentes, entre a admissão das independências nacionais em África ou da assunção de soberanias locais antes ou depois de consumados os processos de libertação colonial, podemos, sem incorrer em grave equívoco, dizer que o continente africano, somando-se os países continentais – aqueles que se situam em terra firme – aos insulares – os que correspondem a ilhas, arquipélagos, flutuantes em meio às águas costeiras –, reúne, na atualidade, um total de cinquenta e cinco países, dos quais, quarenta e nove são continentais¹, e seis, insulares². Entretanto, há, ainda hoje, em seu entorno, territórios estrangeiros à africanidade, como os de Espanha³, França⁴, Portugal⁵; Noruega⁶, e Reino Unido⁷. Porém, até um passado não tão remoto, todo o continente – terras continentais e insulares – estava fatiado – muitas vezes, com denominações territoriais diversas das que têm hoje – entre

diferentes metrópoles europeias, com proeminência, senão que com exclusividade, do domínio de Alemanha⁸, Bélgica⁹, Espanha¹⁰, França¹¹, Holanda¹², Itália¹³, Portugal¹⁴ e Reino Unido¹⁵.

Geograficamente, a imensidão do continente africano pode ser dividida em duas grandes regiões, implicando, de certa maneira, tanto questões de ordem étnica e racial, quanto de ordem política e econômica. Ao Norte, encontra-se a África Setentrional, que agrupa seis países¹⁶, cuja população é, em sua maioria, árabe. Ao Sul do Saara – faixa de deserto que corta quase toda a África Setentrional –, está a África Subsaariana, com os outros quarenta e nove países¹⁷ – continentais e insulares. A África Setentrional, também chamada de África do Norte ou África Branca, é composta pelos países mais ricos do continente, e sua população tem características físicas e humanas semelhantes às das nações do Oriente Médio, tendo sofrido ocupação de povos árabes que, desde o século VII, difundiram sua cultura, língua e religião – o Islamismo – por todo o território. A África Subsaariana possui população predominantemente negra, com hábitos, idiomas – a diversidade idiomática corresponde às variadas línguas das tribos originárias da terra, que, reunidas sob as armas do colonizador, formam o atual espaço delimitado – e religiões – trata-se das práticas religiosas diversificadas, muitas delas apoiadas nas crenças animistas, com rituais semelhantes, porém, próprios de cada um dos povos desse amálgama – tudo isso, distinto do que se encontra na África Setentrional, mas não correspondendo, por essa razão, a uma região, obrigatoriamente, pobre – Angola, rica em petróleo, seria um caso ilustrativo de uma situação paradoxal em solo africano –, mas, contudo, contando com muitos – talvez uma absoluta maioria de – países imersos em profunda miséria.

Toda essa gama de informações, advindas da geografia física, humana, política; da história passada e mais recente; das formações étnicas e das ocupações territoriais; da colonização e das subsequentes independências levam à nossa dificuldade em nos definirmos sobre de que África, especificamente, estaremos falando, ainda que, antes mesmo de darmos início à organização das ideias, já soubéssemos, de antemão, de que cadinho de terra, em solo africano, queremos falar e, ainda, sob que perspectiva, ocupando-nos de que instrumentais e pondo foco em que autores ou textos iremos construir nosso discurso. As premissas de que partimos – em serem nossas – não dependem dessa delimitação que vimos procurando fazer, mas, para as tornar de outrem, compartilhando-as – e, aí, então, deixaram de ser somente nossas para serem de todos –, é essencial definirmos conceitos e contornos de nossa abordagem. Chamaremos a atenção para o objeto – em seu caráter tanto plural, quanto singular – que escolhemos, iluminando, nele, as características – de semelhanças e dessemelhanças com o todo africano – que, oportunamente, nos s(er)ão apropriadas para dar suporte às nossas ideias acerca das Vertentes da literatura contra

hegemônica moçambicana na obra de Mia Couto, fazendo dialogar suas narrativas de ficção e seus artigos de opinião (2005; 2009; 2010).

Vamos falar, a princípio, de um recorte de África que se encontra em sua faixa subsaariana e que, por sua história e posição geográfica, constitui-se em um mosaico de fragmentos heterogêneos, onde convivem etnias da terra em conluio com as vindas de fora, onde se falam muitas línguas de dentro em intercâmbios com as do estrangeiro, e que, por ser um país dessa macrorregião geográfica, corresponde a uma terra, senão pobre, menos rica; cuja população, é majoritariamente, negra; em que, no geral, as crenças telúricas encontram-se impregnadas de rituais animistas, nos quais deuses, homens e natureza permutam espacialidades. Constitui-se em um estado que assume um idioma oficial, mas cujo povo se comunica em línguas de origens diversas; configura-se, enfim, como cenário híbrido, de formas e conformidades díspares, que emprestam cor local anestesiante ou delirante à busca identitária nos porões da tradição. Esse país é Moçambique, situado na costa Sudeste do continente africano, banhado pelo Oceano Índico, faz fronteiras, ao extremo Norte, com a Tanzânia; ao Noroeste, com o Malauí; ao extremo Noroeste, com a Zâmbia; ao Oeste, com o Zimbábue; ao Sudoeste com a África do Sul; e, ao Sul, com a Suazilândia.

A ida dos primeiros portugueses a Moçambique data de finais do século XV, sendo 1498 o ano oficial da chegada de Vasco da Gama, mas a região já era próspera quando lá se instalaram. “Em 1502, é fundada uma feitoria, frente ao continente, na ilha de Moçambique” (ENDERS, 1997, p.36), e, ajudados pelos povos locais, em troca de presentes e favores, acirrando rivalidades étnicas e tribais, os lusitanos foram aumentando sua presença no litoral e, pouco a pouco, adentrando o continente, com o recuo da concorrência das comunidades árabe-suailis, que ali habitavam. Assim, a fim de garantir suas rotas comerciais com a Ásia e o restante da Europa, dominaram povos da terra, expulsando outros que ali haviam se instalado anteriormente e firmando alianças mantenedoras de poder e domínio. Começava a nascer Moçambique, forjado pelas malhas trançadas a ferro e fogo pelo colonizador, em busca dos benefícios que se esperavam do entreposto, em suas viagens comerciais e expansionistas. Naquele tempo, ainda não era o país Moçambique, que hoje se reconhece, mas já, então, germinava o embrião do novo estado, era um começo, e “a ilha de Moçambique é fortificada em 1507” (ENDERS, 1997, p.22) para dar garantias à passagem das esquadras portuguesas em caminho ao Oriente e ao Sudeste europeu.

Reunido a Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe – sequenciados aqui por ordem alfabética, não por ordenação cronológica de ocupação pelos portugueses ao longo dos tempos –, Moçambique viria a fazer parte da África Lusófona, de que “a conquista de Ceuta pelo

Rei D. João I e pelos Infantes de Portugal, em agosto de 1415, é considerada como primeiro passo do caminho que [...] [levou] os navegadores portugueses da Península Ibérica ao Extremo Oriente e ao Brasil no fim do século XV” (ENDERS, 1997, p.9), mas, “as possessões portuguesas em África têm a sua parte no nascimento de um império complexo [– o império ultramarino –], constituído por redes de trocas e de poderes” (ENDERS,1997, p.9), do que, conforme expressões mais gerais, deu origem à expressão África Lusófona, uma “maneira cômoda de designar os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) resultantes da colonização” (ENDERS, 1997, p.7).

Já dentro desse recorte geopolítico de África, África Subsaariana – Moçambique –, elegemos um autor do país – que escreve e publica em português, língua oficial, desde sua independência, e, antes, do colonizador – cuja obra, como ele mesmo admite nas entrelinhas de seus textos de opinião, não tem por destinatário preferencial ou primeiro, o ser da terra, quando afirma que “os autores africanos que não escrevem em inglês (e em especial os que escrevem em língua portuguesa) moram na periferia da periferia, lá onde a palavra tem de lutar para não ser silêncio” (2005, p.15). No ano de 2013, ele foi ganhador do Prêmio Camões, “maior galardão literário dedicado à Literatura em Língua Portuguesa[, que] [...] visa ‘consagrar anualmente um autor de língua portuguesa que, pelo valor intrínseco da sua obra, tenha contribuído para o enriquecimento do património literário e cultural da língua comum” (<http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/premios/Paginas/PremioDetalhe.aspx?Premioid=61>, acessado em 12/11/2013, às 07:33), e “foi escolhido [...] para receber o 2014 Neustadt Prémio Internacional de Literatura[,] [...] patrocinado pela Universidade de Oklahoma, a família Neustadt, e *World Literature Today*, premiada revista de literatura e cultura internacional da universidade” (<http://neustadtprize.org/noted-mozambican-author-mia-couto-wins-2014-neustadt-international-prize-literature/>, acessado em 12/11/2013, às 07:36), delineando um percurso quase certo em direção ao Nobel de Literatura. Trata-se de António Emílio Leite Couto, um artista da palavra que iniciou sua carreira, em 1983, com o livro de poemas *Raízes de orvalho*, que retornou, em 1986, com o conjunto de contos *Vozes Anoitecidas*, sem mais dar longo espaço entre a publicação de um título e outro, até estreitar, em 1992, no romance, com *Terra sonâmbula*, vindo a enveredar, a partir de 2005, pela reunião de seus dispersos textos de opinião, com *Pensatempos*. Aventurou-se, ainda, pelas literaturas infantil e juvenil, com merecido destaque para *O gato e o escuro*, publicado em 2001. Mia Couto, como é conhecido artisticamente e que se revela, dizendo: “Eu vivo num país, Moçambique, em que se costuram várias fronteiras interiores. São fronteiras de culturas, línguas, etnias, religiões” (2009, p.103-104).

Podemos dizer que, a partir de suas escolhas de pertencimento, Mia Couto assume a nacionalidade moçambicana, como sujeito híbrido, de uma terra também híbrida, conforme revelou em entrevista concedida a Patrick Chabal:

O meu pai [Fernando Couto, natural de Rio Tinto, arredores do Porto] era jornalista e poeta. Ele publicou cinco ou seis títulos em Moçambique, uma poesia pouco íntima, mas também dois [...] que tentaram ser livros de preocupação social [...] em que a temática era mais antifascista, liberal, democrática. Mas não questionando ainda a questão colonial. A família do meu pai é gente que enriqueceu um pouco no período da guerra, com garages, e tinham portanto negócios ligados a automóveis. Eram do Porto.

O meu pai foi para a África porque acho que ele queria seguir a carreira jornalística e não havia muita hipótese de emprego nessa altura em Portugal, penso que foi por isso. Mas havia também uma sensação de que eles precisavam de mais espaço, precisavam de começar uma coisa nova. A minha mãe [Maria de Jesus] vem duma aldeia de Trás-os-Montes, não tem história porque ela não conheceu a mãe nem o pai. A mãe morreu no parto duma próxima irmã. Ela ficou órfã, abandonada, depois foi acolhida por um padre que se apresentou como sendo tio delas. Então o nome dela foi reescrito, foi inventado para ela não ter uma ligação com a mãe – uma “senhora do pecado”. Penso que ela queria muito sair dali quando era nova, o meu pai passou... “distraído”, ela agarrou-o e foram para o Porto. Depois foram de Portugal para Moçambique e nascemos nós, três irmãos, eu sou o do meio. Fernando Amado, dois anos mais velho, e o mais novo, que tem uma diferença de sete anos de mim, chama-se Armando Jorge. (1994, p.274-275)

Ele aproveita de sua história pessoal, devido à sua terra natal, seu país de nascença, admitindo que “as causas do que nos acontece (de bom ou de mau) são atribuídas a forças invisíveis que comandam o destino” (2009, p.36), e se assume africano, ser de um “continente [que] é o resultado de diversidades e mestiçagens” (2005, p.60). Como revela, “no dia da Independência[, 25 de julho de 1975,] eu tinha 19 anos. Toda a minha adolescência fizera crescer o sonho de um dia ver subir num mastro uma bandeira para o meu país” (2010, p.59), mas, diz ele, “a bandeira que nos cobre é um pano de muitos e variados fios” (2010, p.67), admitindo, com isso, que, “para alguns esta visão causal é tida como tão intrinsecamente ‘africana’ que perderíamos ‘identidade’ se dela abdicássemos” (2009, p.36).

Logo, ele se postula pertencente a uma terra que identifica como um “mosaico cultural”, porque formada por tantas e diferentes culturas – em sentido abrangente do termo – afetando sua produção textual, conforme observou Maria Fernanda Afonso, ao apontar que, “anulando a dimensão opressora do conceito ‘mestiço’, o autor inaugura uma nova identidade segundo uma perspectiva de sincretismo cultural” (2007, p.547). Daí que sua escrita não se prenda às expectativas mais ortodoxas do conceito de nacionalidade ou identidade nacional vinculados aos padrões que se têm de tradição.

Mia Couto tem claro que “o nosso continente [africano] é feito de profunda diversidade e de complexas mestiçagens. Longas e irreversíveis misturas de culturas moldaram um mosaico de diferenças que são um dos mais valiosos patrimônios do nosso continente” (2005, p.19). Daí, alerta para “o erro [que] é quando queremos negar que somos diversas coisas ao mesmo tempo” (2005, p.87-88), porque “pode ser perigoso [...] criar identidades-refúgio, identidades que nascem da negação da identidade dos outros” (2005, p.89). Enfim, “Moçambique é uma nação de muitas nações. É uma nação supranacional. E isso deve conviver perfeitamente dentro do espaço moçambicano” (2005, p.93).

Essa hibridez mosaica de que se compõem a terra e seus habitantes, reiteradamente apontada e denunciada por Mia Couto na quase totalidade de seus textos de opinião, será o móvel para que ele desmistifique a ideia de que a identidade nacional moçambicana – ou mesmo africana, como um todo – tem suas origens nas tradições telúricas, buscadas incessantemente por grande parcela de estudiosos da grande área das Humanidades.

Refletindo sobre “o que somos”, ele conclui que os moçambicanos – e, por que não, os africanos como todo – somos “um espelho à procura da sua imagem” (2005, p.14-16). E essa imagem nem sempre – ou quase nunca – corresponde à expectativa que se tem de seu reflexo, pois, observa:

Se o passado nos chega deformado, o presente deságua em nossas vidas de forma incompleta. Alguns vivem isso como um drama. E partem em corrida nervosa à procura daquilo que chamam a nossa identidade. Grande parte das vezes essa identidade é uma casa mobilada por nós, mas a mobília e a própria casa foram construídas por outros. Outros acreditam que a afirmação da sua identidade nasce da negação da identidade dos outros. O certo é que a afirmação do que somos está baseada em inúmeros equívocos. (2005, p.14)

Portanto, segundo reconhece:

De pouco vale uma atitude fetichista virada para os costumes, o folclore e as tradições. A dominação colonial inventou grande parte do passado e da tradição africana. Alguns intelectuais africanos, ironicamente, para negarem a Europa, acabaram abraçando conceitos coloniais europeus. (p. 62)

É inegável, mesmo sob os mais fervorosos discursos defensores dos valores nacionais, que, como bem salienta Mia Couto:

[a] África tem sido sujeita a sucessivos processos de essencialização e folclorização, e muito daquilo que se proclama como autenticamente africano resulta de invenções feitas fora do continente. Os escritores africanos sofreram durante décadas a chamada prova de autenticidade: pedia-se que seus textos traduzissem aquilo que se entendia como sua verdadeira etnicidade. Os jovens autores africanos estão-se libertando da “africanidade”. Eles são o que são sem que necessitem de proclamação. Os escritores africanos desejam ser tão universais como qualquer outro escritor do mundo.

É verdade que muitos escritores em África enfrentam problemáticas específicas, mais eu prefiro não tomar de empréstimo essa ideia de África como um lugar único, singular, homogêneo. Há tantas Áfricas quantos escritores, e todos eles estão reinventando continentes dentro de si mesmos. É verdade que grande parte dos escritores africanos enfrenta desafios para ajustar línguas e culturas diversas. Mas esse problema não é exclusivo nosso, os de África. Não existe escritor no mundo que não tenha de procurar uma identidade própria entre identidades múltiplas fugidias. Em todos os continentes, cada homem é uma nação feita de diversas nações. Uma dessas nações vive submersa e secundarizada pelo universo da escrita. Essa nação oculta chama-se oralidade. (2009, p.24-25)

Entretanto, é fato que, como adverte o escritor moçambicano, “estamos perante uma estratégia de fabricação da ‘tradição’ (daquilo que é construído como sendo a tradição) como a única representação genuína e verdadeira da cultura nacional” (2009, p.173), porém, “ao eleger a ‘tradição’ como única medida da nossa identidade [...] está-se a matar a cultura” (2009, p.173), pois “fala-se muito de Moçambique como mosaico multicultural mas, no fundo, constantemente nos fazem lembrar que a única raiz da nossa moçambicanidade é a tal tradição. Ora essa mesma tradição é muito curiosa: (...) ninguém a sabe definir exatamente” (2009, p.174)

Dessa indefinição da cultura própria da terra, dos valores da tradição que emprestariam legitimidade à identidade nacional moçambicana, Mia Couto apresenta exemplos bastante ilustrativos. Um deles se refere à vestimenta e a um ritmo musical:

As primeiras mulheres a usarem a capulana [– “pano estampado usado pelas mulheres em Moçambique” –] no nosso país devem ter sido olhadas como provocadoras sem respeito pelos costumes e pela moral tradicional. Aconteceu o mesmo com a marrabenta [– ritmo musical nascido, nos anos 50, nos subúrbios da capital moçambicana]. E hoje capulana e marrabenta são incorporadas como emblemas da nossa tradição. (p. 174)

Outro trata de agricultura e hábitos alimentares: “Muitos moçambicanos acreditam que produtos como a mandioca, a batata-doce, o caju, o amendoim, a goiaba e a papaia são genuinamente africanos. Todos eles foram importados e chegaram a África no porão de alguma pequena nau lusitana” (2010, p.66). Como conclui o próprio Mia Couto, “durante séculos não se procedeu apenas ao comércio de mercadorias, de línguas, de culturas e de genes. Construíram-se nações” (2010, p.67). É exatamente por isso que “não se pode, em nome da pureza africana (ou de qualquer outra invenção de pureza), fechar portas a outras vozes do mundo. Muito do que chamamos de ‘genuinamente africano’ nasceu da troca cultural com outros continentes” (2009, p.176).

Biólogo, jornalista, escritor, Mia Couto enfrenta, de peito aberto, cabeça levantada, olhar sereno, os ritos de desmitificação da tradição, como definidora da identidade nacional moçambicana, porque, para ele:

O escritor é um ser que deve estar aberto a viajar por outras experiências, outras culturas, outras vidas. Deve estar disponível para se negar a si mesmo. Porque só assim ele viaja entre identidades. E é isso que um escritor é – um viajante de identidades, um contrabandista de almas. Não há escritor que não partilhe dessa condição: uma criação de fronteira, alguém que vive junto à janela, essa janela que se abre para os territórios da interioridade.

O nosso papel é o de criarmos os pressupostos de um pensamento mais nosso, para que a avaliação do nosso lugar e do nosso tempo deixe de ser feita a partir de categorias criadas pelos outros. (...) Essa “africanidade” erguida como uma identidade tem sido objeto de sucessivas mistificações. (2005, p.59-60)

Ele tem razão quando aponta que a “visão restrita e restritiva do que é genuíno é, possivelmente, uma das principais causas para explicar a desconfiança com que é olhada a literatura produzida em África” (2005, p.60). Está-se em um outro tempo, outro momento, em que se vivem novas experiências globalizadas, transnacionais. Ainda que com certo desconforto e desconcerto, Mia Couto reconhece:

Eu notava algo que, para mim, era ainda mais grave: uma cada vez maior distanciação desses jovens em relação ao seu próprio país. Quando saíam de Maputo em trabalhos de campo, esses jovens comportavam-se como se estivessem emigrando para um universo estranho e adverso. Eles não sabiam as línguas, desconheciam os códigos culturais, sentiam-se deslocados e com saudades de Maputo. Alguns sofriam dos mesmos fantasmas dos exploradores coloniais: as feras, as cobras, os monstros invisíveis.

Aquelas zonas rurais eram, afinal, o espaço onde viveram os seus avós, e todos os seus antepassados. Mas eles não se reconheciam como herdeiros desse patrimônio. O país deles era outro. Pior ainda: eles não gostavam desta outra nação. E ainda mais grave: sentiam vergonha de a ela estarem ligados. A verdade é simples: esses jovens estão mais à vontade diante de um vídeoclip de Michael Jackson do que no quintal de um camponês moçambicano. (p. 9)

Ou seja, “a maior parte dos jovens da cultura rural do meu país sonham ser Michael Jackson ou Eddy Murphy. Sonham, numa palavra, ser negros americanos” (2005, p.61).

Néstor Canclini estava correto ao afirmar que “não é possível falar das identidades como se se tratasse apenas de um conjunto de traços fixos, nem afirmá-las como a essência de uma etnia ou de uma nação” (2008, introdução XXIII), principalmente quando a busca dessas identidades se baseia no regate das tradições de uma “África profunda e outras entidades folclorizadas[, que] surgem como espaço privilegiado da tradição, lugar congelado no tempo, uma espécie de nação que só vive estando morta” (COUTO, 2009, p.118). Assim, cômico desse quadro, Mia Couto sentencia: “o que somos hoje é o resultado de mestiçagens antigas, tão velhas e complexas que nem sempre lhes seguimos o rasto” (2010, p.63), perdendo, desse modo, os fios que ligam nossas identidades do hoje às tradições do ontem.

A forja de um país sobre etnias locais variadas, reinos independentes entre si, levou à hibridação das tradições originárias, que, adiante, se amalgamaram com as advindas de fora. Nas palavras de Mia Couto:

não foram apenas roupas, barcos, sementes e frutos que os “outros” trouxeram e que hoje acreditamos ingenuamente serem nossos de origem. O que nos ficou foi a capacidade de criar mestiçagens culturais, de nos construirmos identidades que funcionam como empresas de *import-export*. (2010, p.64)

Dáí que se possa concluir, na expectativa da construção identitária moçambicana, liberta das amarras de uma tradição inventada, que, como mesmo salienta Mia Couto, “ter futuro custa muito dinheiro. Mas é muito mais caro só ter passado” (2009, p.30), logo, sua obra expressa vertentes de uma literatura contra hegemônica, em que se verificam diálogos explícitos entre suas narrativas de ficção e seus artigos de opinião.

Referências

AFONSO, MARIA FERNANDA. “A problemática pós-colonial em Mia Couto: mestiçagem, sincretismo, hibridez, ou a reinvenção das formas narrativas”. In: NÓBREGA, José Manuel da; MORA, Nuno Pádua de (Editores). *Cinco Povos Cinco Nações*. Estudos de Literaturas Africanas. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2007. p.546-553.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade*. 4.ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

CHABAL, Patrick. *Vozes Moçambicanas*. Lisboa: Veja, 1994.

COUTO, Mia. *Pensatempos – textos de opinião*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 2005.

_____. *E se Obama fosse africano e outras interinvenções*. Lisboa: Caminho, 2009.

_____. *Pensageiro frequente*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 2010.

ENDERS, Armelle. *História da África Lusófona*. Mira-Sintra: Inquérito, 1997.

¹. África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botsuana, Burquina Fasso, Burundi, Camarões, Chade, Congo (ex-Zaire), Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Líbia, Malauí, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, Ruanda, Saara Ocidental, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.

². Ilha de Madagascar, Ilhas de Cabo Verde, Ilhas de Comores, Ilhas Maurício, Ilhas São Tomé e Príncipe, Ilhas Seychelles.

³. Celta e Melila e Ilhas Canárias.

⁴. Antártica Francesa, Bassas da Índia, Ilha Europa, Ilha Juan de Nova, Ilhas Glorioso, Maiote e Reunião.

⁵. Açores e Ilha da Madeira.

⁶. Ilha Bouvet.

⁷. Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha.

⁸. Camarões, Namíbia, Togo e Tanzânia.

⁹. Congo, Burundi, República Democrática do Congo e Ruanda.

¹⁰. Guiné Equatorial, Marrocos e Saara Ocidental.

¹¹. Argélia, Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Comoros, Djibuti, Gabão, Gâmbia, Guiné Conakri, Madagáscar, Marrocos, Mali, Mauritânia, Níger, República Africana Central, Togo e Tunísia.

¹². África do Sul e Gana.

¹³. Eritreia, Etiópia, Líbia e Somália.

¹⁴. Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

¹⁵. África do Sul, Botswana, Egito, Gâmbia, Gana, Kénia, Lesoto, Malawi, Namíbia, Nigéria, Rodésia (Zimbábue), Senegal, Serra Leoa, Somaliland, Sudão, Swaziland, Tanzânia, Uganda e Zâmbia.

¹⁶. Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia.

¹⁷. África do Sul, Angola, Benin, Botsuana, Burquina Fasso, Burundi, Camarões, Chade, Congo (ex-Zaire), Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Malauí, Mali, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, Ruanda, Saara Ocidental, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbábue; e Ilha de Madagascar, Ilhas de Cabo Verde, Ilhas de Comores, Ilhas Maurício, Ilhas São Tomé e Príncipe, Ilhas Seychelles.